



**ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**Ata da Realização da Audiência Pública de Apresentação de Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde - FMS do 3º Quadrimestre de 2021- 28-04-2022 -**

Em 28 de abril de 2022, às 9h30min., no Plenário Léo Franklin, sob a coordenação da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida para Audiência Pública de Apresentação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 3º Quadrimestre de 2021 do Fundo Municipal de Saúde - FMS de Imperatriz. Ao abrir os trabalhos, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Márcio Renê Gomes de Sousa, convidou a também compor a mesa o primeiro-secretário dessa Comissão, Jhony dos Santos Silva e o segundo suplente, João Francisco Silva. Em seguida, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Márcio Renê Gomes de Sousa, solicitou ao vereador João Francisco Silva que procedesse à leitura dos versículos de 1 a 3 do capítulo 23 do Livro de Salmos, da Bíblia Sagrada. Ato contínuo, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Márcio Renê Gomes de Sousa, declarou aberta a Audiência Pública de Apresentação de Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária da Saúde Pública Municipal de Imperatriz no 3º Quadrimestre de 2021, que tinha como fato gerador o Ofício Nº 35/2022 de 15 de fevereiro de 2022, da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, por meio do qual agendava a Audiência Pública e outros expedientes de reagendamentos. Em seguida, o presidente Márcio Renê Gomes de Sousa, autorizou o primeiro-secretário Jhony dos Santos Silva, que lesse a correspondência que constava do Ofício Nº 043/2022 - GAB/SEMUS, de 26 de abril de 2022, que justificava a ausência do Sr. Alcemir Conceição Costa, secretário municipal de Saúde, à Audiência Pública, em razão de compromissos assumidos anteriormente, e delegava a atribuição de representá-lo, a secretária-adjunta municipal de Saúde Doralina Marques de Almeida. Logo após, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Márcio Renê Gomes de Sousa, repassou a palavra à secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, para que desse início à apresentação dos relatórios. Ao de dirigir à Tribuna, a secretária-adjunta municipal de Saúde Doralina Marques de Almeida, cumprimentou os integrantes da Mesa, na pessoa do presidente Márcio Renê Gomes de Sousa, os demais vereadores e as pessoas presentes à galeria, e afirmou que era uma satisfação estar presente a essa Audiência para apresentar o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, referente ao 3º quadrimestre de 2021, e solicitou que os questionamentos fossem realizados ao final da apresentação. Em seguida, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, mencionou os diplomas e dispositivos legais que fundamentavam a Audiência Pública: Portaria de Consolidação Nº 1, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde, "que estabelece as diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS", e o Artigo Nº 36 da Lei Complementar Nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Logo após, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, comu-



**ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

nicou que, em observância do dispositivo legal pertinente, todos os dados a serem apresentados constavam do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS. Logo depois, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, informou que houvera alteração nos procedimentos de financiamento da saúde pública na atenção básica pelo Governo Federal, agora com base em captação e metas alcançadas. Momentos depois, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, com o auxílio da projeção de dados e imagens por *data-show*, procedeu à apresentação dos dados constante de Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do FMS referentes ao terceiro quadrimestre do ano de 2021, os quais constavam, classificadas por fontes e categorias, das receitas do financiamento da saúde provenientes da União, do Sistema Único de Saúde - SUS, do Estado e do Município, assim como de comparativos dessas receitas com as receitas auferidas no mesmo período do ano anterior, após o que apresentou as despesas (empenhadas e liquidadas) correntes (pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes) e de capital (investimentos) nas várias áreas da assistência à saúde pública. Na sequência, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, apresentou minucioso balanço dos quantitativos referentes aos programas de saúde e aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos, clínicos e cirúrgicos por especialidades, realizados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde - Semus, no terceiro quadrimestre do ano de 2021, incluindo-se os procedimentos executados sob regulação, controle, avaliação e auditoria, na atenção básica/primária, na assistência hospitalar e ambulatorial, urgência e emergência, no suporte profilático e terapêutico, interno e comunitário, na vigilância sanitária e ambiental, na vigilância epidemiológica e na alimentação e nutrição, além de subfunções, incluindo-se, ainda, dentre outros, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu, o Programa Melhor em Casa (Serviço de Atenção Domiciliar), o Programa Consultório na Rua, o Programa Academia de Saúde, o Programa de Saúde da Mulher, o Programa de Atenção Oncológica, o Programa Estratégia de Saúde Bucal, o Programa de Imunização, o Programa de Endemias (febre amarela, dengue, chikungunha, zica vírus), o Programa de Controle de Hanseníase, o Programa de Controle da Tuberculose, o Programa Municipal de Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST (HIV/AIDS), o Programa de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses, o Programa de Mortalidade e Nascidos Vivos, o Programa Tratamento Fora do Domicílio - TFD, o Programa de Equoterapia (financiado pelo próprio Município], o Controle de Referência em Saúde do Trabalhador - Cerest, a Assistência Farmacêutica, o Centro de Atenção Psicossocial - CAPs e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Nesse ínterim, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, comunicou que, principalmente em virtude da pandemia de covid-19, havia sido instalado no Município Núcleo de Vigilância Epidemiológica, a propósito do que advertiu para o surgimento na cidade, nos últimos dois dias, de dez novos casos dessa enfermidade, sessenta por cento graves, sobretudo de pacientes não vacinados, assim com anunciou a instalação, em menos de dois anos, de Oficina Ortopédica. Nessa ocasião, a



**ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, observou que, em virtude da pandemia de covid-19, houvera alterações atípicas nas demandas ao sistema municipal de assistência à saúde pública. Com a palavra, o vereador Manoel Conceição de Almeida, solicitou informação sobre reformas que tenham sido realizadas. Em resposta, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, afirmou que naquele momento não dispunha dessa informação. Em face de resposta da a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, solicitou, ainda, que na apresentação do próximo relatório, fossem detalhadas essas e outras ações. Em resposta ao edil, Manoel Conceição de Almeida, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, comprometeu-se a adotar a providência. Em seguida, no uso da palavra, o vereador Roberto de Sousa Silva, afirmou que era perceptível a melhoria da estrutura física dos órgãos da saúde, e que recentemente ele havia visitado cinco postos de saúde na zona urbana, e eles encontravam-se com boa infraestrutura física e bem equipados. Ao voltar a fazer uso da palavra, em resposta ao vereador Roberto de Sousa Silva, o edil Manoel Conceição de Almeida afirmou que ele não havia compreendido o questionamento, e que estava confundido apresentação de relatório com defesa da gestão pública. Na sequência, o presidente Márcio Renê Gomes de Sousa, solicitou que os vereadores se ativessem ao tema em discussão, e que deixassem as perguntas para o final da exposição do relatório. Logo após, o vereador Zesiel Ribeiro da Silva, solicitou à secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, informações sobre procedimentos de alta complexidade, e se era rentável para o Município de Imperatriz, atender outros municípios ou só atendia por ser obrigado por força da universalização do Sistema Único de Saúde. Na sequência, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, explicou como funcionavam os serviços de média e alta complexidade. Informou ainda, que o atendimento se dava em função de pactuação, e porque o Sistema Único de Saúde era universal. Acrescentou que os procedimentos pagos pelo SUS eram muito baratos, e isso causava problemas ao sistema municipal de saúde. Na sequência, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, informou que o maior número de óbitos na cidade, cerca de 400 ao ano, se dava por causa de problemas cardíacos, e que era muito difícil atender a contento a todos os procedimentos. Era necessário orientar a população a procurar os serviços da atenção básica, uma vez que medidas como a aferição de pressão arterial, preveniriam problemas de saúde mais graves, como os cardíacos que poderiam levar o paciente ao óbito. Voltando a fazer uso da palavra, o vereador Zesiel Ribeiro da Silva, afirmou que o parto normal pagava mais que cesáreas, uma possível razão para os médicos optarem pelo parto normal, independentemente das condições da parturiente. Em resposta, a edil Zesiel Ribeiro da Silva, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, informou que isso não ocorria, e que a modalidade do parto dependia das condições da paciente. Afirmou que o parto normalmente ocorria até a 42ª semana de gestação e que o mais adequado seria o parto normal, uma vez que qualquer cirurgia oferecia riscos a pacientes. Em seguida, a vereadora Cláudia



**ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

Fernandes Batista, questionou sobre o atendimento odontológico, e perguntou se a gestão municipal estava divulgando esse programa, ao que a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, respondeu que o programa estava funcionando, que estava sendo divulgado para a população e acrescentou que os equipamentos odontológicos eram muito caros, o que resultava no encarecimento dos procedimentos. Na sequência, o presidente Márcio Renê Gomes de Sousa, solicitou que se formasse qual a posição de Imperatriz em relação à contaminação por HIV no ranking estadual. Em resposta, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, declarou que Imperatriz ocupava a segunda posição em número de casos no Estado. Logo depois, o vereador Manoel Conceição de Almeida, solicitou informações sobre possíveis parcerias para atendimento à saúde animal. Ao responder, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, respondeu que sim, e que um dos parceiros era o Sinrural, mas medicamentos e equipamentos, era de responsabilidade do Município. Voltando a fazer uso da palavra, o vereador Zesiel Ribeiro da Silva, perguntou sobre as dificuldades para realização dos procedimentos de urologia, inclusive cirurgia. Em resposta, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, respondeu que os procedimentos cirúrgicos eram caros, especialmente as cirurgias não invasivas, e que os valores pagos pelo SUS eram baixos. Logo depois, o vereador Manoel Conceição de Almeida, perguntou se havia cirurgiões concursados ou apenas contratados. A secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, respondeu que havia três, médicos-cirurgiões concursados, o que era insuficiente, mas acrescentou que não havia estímulo para o médico trabalhar no SUS, especialmente porque os salários eram pequenos. Em seguida, o edil solicitou que fosse informado o número de atendimentos da UPA São José. A secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, informou que houve vinte e um mil atendimentos, e que os recursos destinado às UPAs pelo SUS, era de trezentos mil reais, o que era insuficiente para cobrir os atendimentos. Em seguida, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, declarou encerrada a apresentação do relatório, agradeceu aos vereadores participantes, e colocou-se à disposição para outros esclarecimentos.

De imediato, o presidente Márcio Renê Gomes de Sousa, abriu inscrições para a arguição. Inscreveram-se os vereadores Adhemar Alves de Freitas Júnior, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Manoel Conceição de Almeida e Roberto de Sousa Silva. Em seguida, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior, solicitou informações sobre atendimento de equoterapia, uma vez que havia informações de que o programa não estava funcionando, e se não estava, que o serviço voltasse a funcionar, uma vez que isso fazia grande diferença na vida de muitas pessoas que dependiam desse tratamento, e solicitou encaminhamento do problema à Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social e à Secretaria Municipal de Saúde - Semus. Diante do questionamento, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, respondeu que durante a pandemia o atendimento foi suspenso, mas que agora estava em funcionamento e garantiu que iria buscar mais informações que seriam repassadas ao vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior. Logo após, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho,



**ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

solicitou informações sobre o programa de atendimento odontológico, que era muito importante para a população de mais baixa renda, e recomendou seriedade em relação às obras da saúde. Diante da solicitação, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, informou que o atendimento fora suspenso durante a pandemia, mas a Semus estava adquirindo equipamentos e fazendo manutenção nos equipamentos existentes, para que o programa voltasse a funcionar de forma normal. Em seguida, voltando a fazer uso da palavra, o vereador Manoel Conceição de Almeida, afirmou que ficara satisfeito com muitas das informações, mas gostaria de saber quantos atendimentos foram feitos no posto de saúde Ouro Verde no último ano, antes da reforma e depois da reforma pela qual passara, e solicitou a mesma informação sobre o posto de saúde Bom Sucesso. Solicitou ainda, saber se o Município tinha alguma equipe médica de reserva para a tender a situações emergenciais, como por exemplo, falta de algum médico em instituições de saúde. Em resposta ao edil Manoel Conceição de Almeida, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, respondeu que iria verificar os números exatos sobre os atendimentos nos referidos postos de saúde e repassaria ao edil Manoel Conceição de Almeida. Respondendo ao último questionamento, acrescentou que havia equipe de saúde reserva sim, e reconheceu que havia dificuldade de cobrir a demanda por atendimento em postos de saúde, especialmente de crianças. Com o uso da palavra, o vereador Roberto de Sousa Silva elogiou a fala da secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, especialmente porque a rede de saúde do Município era muito complexa, e não havia condições de responder, com dados, todos os questionamentos feitos pelos edis durante a Audiência. Em seguida, citou como exemplo de bom atendimento, a UPA São José, cujos recursos eram insuficientes para cobrir os atendimentos que fazia. Solicitou respeito ao edil Manoel Conceição e Almeida, afirmando que ele sempre interrompia a fala dos demais vereadores. Em seguida, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior, cobrou placas informando os valores e prazos de obras de construção ou de reforma de instalações físicas da rede municipal de saúde, e lamentou a ausência do secretário municipal de Saúde, Sr. Alcemir Conceição Costa, que sempre se furtava às Audiências Públicas. Logo após, o vereador Manoel Conceição de Almeida, interpôs questão de ordem, para responder ao edil Roberto de Sousa Silva, que citara seu nome de forma negativa. Acrescentou que muitos vereadores não vinham à Audiência Pública para defender o interesse do povo, mas para elogiar o gestor público. Voltando a fazer uso da palavra, o vereador Roberto de Sousa Silva, em resposta a edil Manoel Conceição de Almeida, afirmou que quando lhe solicitou respeito, o fez a seu direito de manifestação, uma vez que ele sempre interrompia os vereadores quando a posição deles não era do seu agrado. Na sequência, o presidente Márcio Renê Gomes de Sousa disponibilizou a palavra a duas das pessoas que se encontrava na galeria. Manifestaram-se o Sr. Luís Armando Araújo do Nascimento e o Sr. Capiléx Martins. Ao ser manifestar, o Sr. Luís Armando Araújo do Nascimento, líder comunitário do Sebastião Régis, que afirmou que estava faltando atendimento médico e assistencial à população do bairro, que no Sebastião Régis morreram no último ano, cinco pessoas com câncer. Diante da informação, a secretária-



**ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, manifestou surpresa e afirmou que se fazia necessária uma investigação para se tentar diagnosticar as causas desse número de pessoas acometidas por câncer. Ao fazer uso da palavra, o Sr. Capiléx Martins, denunciou falta de atendimento médico, especialmente de crianças, no Posto de Saúde do Bairro Juçara. Em seguida, o presidente Márcio René Gomes de Sousa, passou a palavra à secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, para suas considerações finais, a qual afirmou que estava satisfeita com a Audiência, inclusive porque houve participação de membros da comunidade. Agradeceu à todos os vereadores presentes, acrescentou que era municipalista, que defendia o SUS, e se entristecia quando perdia algum paciente. Esclareceu que a Audiência fora diferenciada, porque se tratou basicamente da atenção básica. Após, isso, voltando a se manifestar, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, afirmou que muitos dos problemas da saúde, se deviam ao fato do prefeito não honrar as dívidas do Município, o que poderia ter contribuído, por exemplo, para a interrupção de energia elétrica verificada no Socorinho, e agradeceu aos técnicos da SEMUS, aos vereadores presentes e à imprensa. A seguir, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Márcio René Gomes de Sousa, agradeceu a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, pela participação na Audiência, aos vereadores e aos membros da imprensa presentes. Como nada mais houvesse a tratar, deu por encerrada a Audiência Pública. José Ribamar Silva de Sousa, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 28 de abril de 2022.

**Marcio René Gomes de Sousa**  
Presidente

**Ruben Lopes Lima**  
Primeiro vice-presidente

**Flamarion de Oliveira Amaral**  
Segundo vice-presidente

**Jhony dos Santos Silva**  
Primeiro-secretário

**Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa**  
Segundo-secretário

**Ricardo Seidel Guimarães**  
Suplente

**João Francisco Silva**  
Suplente